

Cidades educadoras/aprendentes: uma nova cena urbana

*Valter Morigi**

Resumo: O texto traz uma reflexão sobre educação, questionando os limites tradicionais da educação escolar e apontando uma superação do ensino restrito aos espaços escolares. Afirma que novos personagens educativos seriam os moradores da cidade, organizados em espaços como associações de bairro, clubes esportivos, igrejas e templos, organizações não-governamentais, entidades dispostas a outro enfoque para o ensino-aprendizagem. Propõe uma concepção de cidade em que a administração assumira o caráter organizador e estruturador de políticas e ações educativas integradas nas diversas esferas de atendimento aos cidadãos, interligando secretarias, fundações, departamentos e outras divisões numa conectividade de acesso ao poder público, apresentando exemplos concretos de iniciativas já existentes em Cidades que se assumem com Educadoras.

Palavras-chave: Cidades educadoras e aprendentes, Políticas urbanas.

Abstract: This article brings a reflection on education, questioning the traditional limits of school education and pointing in a new direction not restricted to education within the school physical spaces. It claims that new educational actors would be the town residents, organized into spaces like neighborhood associations, sports clubs, churches and temples, non-governmental organizations, entities willing to follow a different approach to teaching and learning. Proposes a new conception of the city,

* Mestre em Educação e doutorando do PPGEdU/FACED/Ufrgs. Autor do livro Escola do MST: utopia em construção (Porto Alegre: Mediação, 2007). E-mail: valtermorigi@gmail.com

in which the Administration accepts the role of organizer and designer of educational policies and actions integrated in the different spheres of service to citizens, interlinking secretaries, foundations, departments, and other divisions in a hub of access to local government, presenting concrete examples of existing initiatives in Cities that assume themselves as Educational cities.

Keywords: Learners and educating cities, Urban policy.

Breve olhar sobre o panorama atual

No início deste novo século, vivemos em uma sociedade marcada pelo consumismo, pela busca da satisfação imediata, pela fragilidade dos laços humanos e pela velocidade da tecnologia. A vida requer menos indiferença e mais atenção às pessoas e às coisas. Um olhar de cidade para que possamos existir em um mundo mais solidário e pautado pelo respeito. O objetivo deste artigo é apresentar a Cidade Educadora como proposta de uma nova cena urbana, mais respeitosa e receptiva às demandas educativas dos tempos modernos.

Para tentar diminuir os efeitos dos excessos individualistas de nossos dias, é necessário descobrir o valor da solidariedade, da justiça e do amor entre as pessoas. Entender que o que tem mais sentido na vida não é o ter, o poder, o consumo, mas sim as relações que acontecem entre as pessoas, combatendo frontalmente a indiferença, pois o indiferente é incapaz de perceber que qualquer situação pede a ele uma ação, uma ajuda, uma escuta ou um compromisso ou mesmo a companhia.

Prestar atenção aos outros e às coisas que nos cercam é uma atitude de respeito, aliás, a palavra latina de que precede o termo respeito significa olhar duas vezes, ou seja, respeitar é ter um olhar atento. Esse tipo de atitude pode diminuir a proporção de conflitos e de violência social. Neste ponto específico, a Educação, muitas vezes, incorre no erro de crer que para enfrentar

os problemas sociais que vão aparecendo cada vez mais, a solução é acrescentar mais itens aos currículos escolares, num processo de acumulação de conteúdos, como se fosse suficiente a escola sozinha para enfrentar problemas sociais.

Deve produzir-se, então, uma verdadeira fusão da etapa educativa formal com a vida adulta, dos recursos e do potencial formativo da cidade com o normal desenvolvimento do sistema educativo, laboral e social. O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial. Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.

A utopia necessária hoje e sempre – uma nova escola!

Como a escola pode contribuir para mudar este quadro existencial atual? Como afirma a pedagogia freireana, uma das possibilidades é a busca da superação das tradicionais formas hegemônicas de pensar a educação, a imposição histórica dos modelos para os povos colonizados.

Os acontecimentos que provocaram o colapso do socialismo no Leste Europeu provocaram euforia em alguns e desânimo em outros. Tais fatos não podem ser abordados superficialmente, sem considerar avanços e recuos, característicos do desenvolvimento dialético da História.

É por este motivo que alguns setores mais “conservadores” da sociedade chegaram a falar em “fim da história”, paralelamente ao fato de que a “esquerda” perdeu suas referências e a crença total na possibilidade da “utopia” socialista.

O processo de exclusão social transcendeu o estatuto do “simples empobrecimento”. O que se observa, atualmente, é a ex-

pansão de uma massa social barbarizada por uma miserabilidade extremada, cujos reflexos causam um impacto crescente sobre a sociedade e cuja visibilidade impede a negativa de sua magnitude.

O mundo necessita de profundas transformações. O leque das instituições e instâncias sociais que estão exigindo mudanças é muito amplo. Entretanto, pela relevância e pelo nível de solicitação que apresentam, alguns setores deverão merecer prioridade. Este é o caso do sistema educacional.

Em 1990, surgiu a ideia da Cidade Educadora. Numa situação de transformação profunda, é preciso que os habitantes das Cidades do mundo articulem ações e propostas que permitam melhor fazer frente aos novos desafios, dando a todas as pessoas oportunidades de desenvolvimento e crescimento individual e coletivo.

Essa abertura à comunidade, à cidade, transforma as relações da Educação Básica com a escola, abrindo um leque de possibilidades para o enriquecimento dos temas mais diversos possíveis, especialmente quanto aos enfoques filosóficos, sociológicos e políticos, como, por exemplo, uma ação conjunta com a Associação de Moradores no combate ao consumo de drogas, que pode resultar em um atendimento em turno inverso no espaço da comunidade de crianças e adolescentes que poderiam vir a ser alvo dos traficantes.

Uma participação efetiva da população nas decisões locais implica um conceito de democracia em que há a necessidade de todos os cidadãos assumirem nova postura, criando o ambiente adequado para o surgimento de uma Cidade Educadora.

A cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, quando assuma a intencionalidade e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens. (Fragmento da Introdução da Carta das Cidades Educadoras, Declaração de Barcelona, 1990).

Na discussão sobre Cidades Educadoras, precisamos ter claro o contexto em que estamos inseridos, nesta época em que a globalização neoliberal induz a população a acreditar que o dia-a-dia de cada um não está ligado ao que acontece no planeta, bastando que cada pessoa cuide de sua vida, na aceitação do elogio à individualidade, uma das idéias centrais da política capitalista, nesta fase já nem tão *neo* assim.

Construir alternativas é urgente, pois a pretexto de uma maior inserção do país no mercado mundial globalizado, em nome da modernidade e do projeto neoliberal, imergimos em níveis de vida crescentemente rebaixados, com aumento do desemprego, do subemprego, do trabalho precário, temporário, parcial e quase total perda dos direitos sociais trabalhistas.

As capitais Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Cuiabá (MS), além dos municípios de Caxias do Sul (RS), Pilar (PB), Alvorada (RS), Esteio (RS) e Campo Novo do Parecis (MT) representam o Brasil numa organização internacional que reúne cidades compromissadas com a melhoria da educação de seus habitantes. Trata-se da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), cuja idéia máxima é que a educação não deve ser exclusividade de escolas. As cerca de 250 localidades de todo o mundo que integram o grupo procuram articular seus múltiplos espaços na tentativa de oferecer formação integral à população.

O que à primeira vista pode parecer uma utopia já é uma realidade no que se refere ao esforço dessas e de várias outras cidades que desejam fazer parte da AICE. O assunto tem sido um dos mais debatidos na área de educação, desde a realização do Fórum Mundial de Educação (FME), em janeiro/2003, em Porto Alegre.

A cidade educadora é um sistema complexo em evolução constante, que dá prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população. O conceito surgiu no início da década de 90, na Espanha, quando alguns profissionais da educação começaram a perceber que a escola sozinha não tem

condições de transmitir todos os conhecimentos e informações do mundo contemporâneo aos seus alunos.

Além das várias instituições sociais, como escola e família, a educação também deve ser competência da cidade. Com esse pensamento, foi lançada em 1990, em Barcelona, sede da AICE, a Carta das Cidades Educadoras, que enumera alguns princípios básicos para definir uma cidade como tal.

A experiência das cidades educadoras, iniciada em 1990, com o primeiro congresso em Barcelona, propôs sistematizar numa Carta os princípios básicos que iriam formar o perfil educativo da cidade e os seus objetivos.

Desses princípios, destaco alguns pontos que são bastante elucidativos da intencionalidade e do conteúdo da experiência das Cidades Educadoras:

[...] sendo as cidades espaços construídos pelo Homem, e que, em certa medida, se afastam da natureza, há, deste modo, uma Segunda natureza emergente com a qual é necessário aprender a viver. A vivência na cidade é, só por si um ato contínuo de adaptação/aprendizagem. O acompanhamento deste processo na viragem do milênio constitui um desafio às sociedades contemporâneas.

[...] sendo a Educação, cada vez mais, um processo coletivo de mudança que contribui, a médio e a longo prazo, para a melhoria e para a qualidade de vida das sociedades onde a sua expansão tem sido priorizada, entende-se a urgência de um trabalho a nível global, no sentido de se aprofundar esta interdependência vital.¹

Uma Cidade Educadora incentiva à formação para a cooperação, pois é através dela que visualizamos um elemento estratégico que visa à construção de novas relações sociais. Todavia a cooperação não se ensina de uma hora para outra; é principalmente *apreendida* pelo exemplo e pela organização da cidade e suas comunidades, o que leva ao enfrentamento

¹ Excertos do tema central do VI Congresso Internacional das Cidades Educadoras: “Cidade, Espaço Educativo no Novo Milênio”, ocorrido em Lisboa, 2000.

da herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo que, ainda, grande parte de seus habitantes carrega em si.

Urge verificar a potencialidade desta proposta no contexto mundial, nesta fase de exacerbação do neoliberalismo, sem que a mesma possa ser adotada e alterada pelo Capital como uma forma de descentralização da educação e desobrigação do Estado como mantenedor de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Cidades Educadoras – experiências concretas em busca do inédito-viável

A questão colocada sobre Cidades Educadoras transcende a adesão voluntária e simplista de um município a uma rede internacional, passando então a ter mais um slogan a colocar nos documentos oficiais e no marketing da cidade. A escola hoje enfrenta muitas novidades e, muitas vezes, não sabe como lidar com elas. Não se pode negar que os novos canais de educação, que os professores não controlam, são freqüentados massivamente pelos estudantes.

Precisamos debater e analisar como será o comportamento da escola com a “escola paralela” que está do lado de fora dos muros, se a oficialidade consegue se aliar ou se irá tratar como algo adverso, antagônico.

O educador Sérgio Guimarães, em diálogo com Paulo Freire, em um livro publicado há 21 anos, questionava se a escola, já naquela época, não teria um papel secundário em relação a esse mundo de influências que os indivíduos recebem através das mídias. O educador russo Ivan Illich chegara mesmo a pregar a “destruição” da escola, ou a “desescolarização” da sociedade, tendo em vista que as pessoas aprendem a maioria das coisas que precisam na própria vida. Illich afirmava que as instituições

de ensino criam necessidades artificiais para poder, elas mesmas, atendê-las e assim continuar existindo (GADOTTI, 1991, p. 109-110).

É preciso muito cuidado quando tratamos do tema educação fora da escola, pois o assunto pode ser deturpado e usado em prol da defesa de idéias totalmente contrárias ao objetivo social da educação, como podemos verificar em matéria do jornal Correio do Povo, de 11/04/2010: *Ensino domiciliar ganha novos adeptos no Brasil – Janine Souza – ... Projeto defende o homeschooling*. (Disponível em www.correiodopovo.com.br. Acesso em 30 de set. 2010).

Sobre o homeschooling, os pais não possuem formação técnica para lecionar e, portanto, não são obrigados a saber de temas específicos. É um retrocesso social acreditarmos que os pais devam assumir esta tarefa. Mesmo porque, o tempo de convivência familiar com filhos acima de 15 anos em capitais brasileiras é de, no máximo, 1h30 por dia. Há muitos avanços e tentativas em vários municípios brasileiros, como adoção da Cidade das Crianças (movimento iniciado pelo psicólogo italiano Francesco Tonucci), o orçamento participativo criança e adolescente, escola em tempo integral e outras. Todas são iniciativas que não há como uma família desenvolver.

As famílias podem e devem educar seus filhos, mas não possuem conhecimento técnico para a educação formal. Mesmo que tivessem, educar é um ato coletivo, de desenvolvimento de tolerância entre diferentes. Trata-se de um projeto republicano, de construção da sociedade democrática. A educação em casa é um ato que reforça a ideologia da intimidade, em que ao invés de desenvolvermos o capital social, a confiança no coletivo, nos fechamos em copas em nosso espaço íntimo.

Educar é socializar, e está intimamente vinculado aos valores universais e ao conhecimento de várias experiências e pensamentos humanos. Em outras palavras: a educação formal é um ato societário, não meramente comunitário e particularista. É um ato generoso, de contato com diferentes pensamentos.

Freire argumenta ser evidente que, enquanto instituição social e histórica, a escola não pode cumprir sempre da mesma forma o papel que vinha cumprindo nas gerações anteriores. Defende que a escola não deve “brigar” com as novas presenças que se vêem em torno dela. Ao contrário, ela deve estar à altura das novas exigências históricas que a contemporaneidade experimenta (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 24). Ele chega a afirmar que “[...]uma das coisas mais lastimáveis para um ser humano é ele não pertencer a seu tempo” (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 14).

Educação e Libertação. Reflexões sobre o ensino nas cidades

Na real profecia, o futuro não é inexorável, é problemático. Há diferentes possibilidades de futuro... o ser humano é, naturalmente, um ser de intervenção no mundo à razão que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto. (FREIRE, 2000, p. 119).

A educação é palco de uma eterna disputa entre os conformistas, satisfeitos em reproduzir a sociedade (formar – formatar – disciplinar) e os utópicos que insistem em crer na educação como ferramenta de transformação, de capacitação plena dos indivíduos para se tornarem cidadãos, conscientes de que a vida social só sofrerá modificações com a participação de todos.

Mas, a luta pela “conquista do poder” não pode ser interpretada como a realização da utopia libertadora. Ao contrário, o desafio lançado às classes hoje oprimidas tem a ver com a própria reinvenção do poder [...](ZITKOSKI, 2007, p. 241)

Neste recriar das relações sociais surge a oportunidade de revisarmos a instituição estigmatizada como a promotora da educação – a escola. Qual é mesmo o alcance educativo de uma entidade como a escola? Que educação se processa num

estabelecimento que observa como uma de suas principais máximas a afirmação de Foucault “*vigiar e punir*”?

A escola, passados séculos de história, tornou-se o local onde a consciência coletiva acredita que acontece a educação, a aprendizagem, o ensino. Hoje, é comum encontrarmos professores, pais e alunos que acreditam ser cada vez mais a escola o único lugar onde é tarefa a educação das crianças, inclusive com falas explicitando um descompromisso das famílias com os hábitos básicos de uma pessoa preparada para a vida em sociedade.

“*Os pais querem que a gente eduque os filhos deles*”, afirmam os professores, sem se dar conta de que estão manifestando um axioma: evidente que as famílias esperam da escola a educação dos filhos para lá encaminhados, aliás, esta é uma demonstração enorme de confiança naquela instituição. Talvez o que os educadores que manifestam esta percepção querem observar é que estão sobrecarregados e não se sentem responsáveis pela educação ou formação integral do aluno, que a instituição escolar tem a responsabilidade apenas (e este apenas já é uma enormidade) com a formação conteudista, com a transmissão dos saberes historicamente construídos pelo ser humano.

Embora levantem este debate, os professores mantêm como fala comum a afirmação ufanista de que a escola é onde se faz a educação, até sindicatos e associações utilizam de slogan frases como “*médico, advogado e engenheiro passaram pelas mãos de um professor*” (variando as profissões de acordo com o momento histórico de valorização social), “*Todo mundo teve um professor em sua vida*”, assumindo para si o bônus (sem levam em conta o possível ônus) de senhores do saber, com a escola como centro do universo do conhecimento e os mestres semideuses da sabedoria.

Em tempos de pós-modernidade em que muitos intelectuais cultuam o niilismo e o fim da história, acredito ser importante registrar que as inúmeras crises paradigmáticas pelas quais vimos a educação passar, não podem ser simples fatos em si mesmo, sem levar a uma melhoria de qualidade.

Além disso, é preciso ver que as teorias pedagógicas até agora vivenciadas pela escola brasileira somente levam em consideração os sistemas regulares e formais de ensino, os criados e regulamentados pelos diversos órgãos legisladores da educação. Na análise de Gadotti (1988, p. 25):

[...] os educadores brasileiros procuram ganhar caminhos próprios, libertando-se do pensamento transplantado, superando a dependência em relação a modelos, paradigmas e teorias elaboradas em outros contextos.... [...] Daí a contribuição inegável de Paulo Freire e a necessidade de partir dele como um ponto de referência.

O projeto pedagógico de Paulo Freire pode ser uma pedagogia emancipatória, capaz de apontar pistas e questões para os professores em meio ao descaso e desilusão vivenciados nesta onda de políticas neoliberais e críticas pós-modernas aos sonhos sociais e educacionais de um mundo mais justo e fraterno.

Como podemos pesquisar na etimologia da palavra política: “*em sua acepção clássica, política deriva de polis – politikós – e refere-se a tudo que diz respeito à cidade...*”. Então, o que podemos verificar já aí, que a política deve estar na *urbis* toda. Penso que a educação, que é uma das principais políticas públicas, também!

O que verificamos hoje em dia é que, mais e mais, a comunidade está se dando conta de que o processo educativo não pode estar restrito às poucas horas em que o aluno permanece na escola, geralmente tempo menor do que o dedicado a qualquer outra atividade prazerosa, como jogos e vídeos. É possível observarmos que a educação torna-se processo para a vida toda, a tão propalada aprendizagem para e em toda a vida. Da família ao trabalho e à comunidade, todo lugar é lugar de aprendizagem.

A educação passa por uma socialização dos saberes e pelo reconhecimento de que todos os indivíduos são potenciais educadores, cada um em seu local, em seu mister, porém é preciso que isso seja apontado e potencializado. A proposta das Cidades Educadoras pode ser um caminho! Percebe-se a cidade não só como referente fundamental para o desenvolvimento urbano, mas também como agente educativo dinamizador de aprendizagens

não formais e informais que permitam aos seus cidadãos desenvolver competências e reforçar os princípios de cidadania ativa.

Experiências que buscam uma nova educação!

Como uma Cidade Educadora pode contribuir para mudar este quadro existencial atual? Aqui entram as experiências concretas em busca do inédito-viável freireano.

As relações raciais: as políticas de formação de professores

Cidade: Porto Alegre (Brasil), Data de Início: 1999

Resumo da Experiência:

No que diz respeito ao decreto que instituiu o conteúdo “educação anti-racista e anti-discriminação” no currículo escolar, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre aponta propostas políticas de ação afirmativa, demonstrando a sua preocupação de garantir aos alunos da Rede Municipal Educação (RME), o crescimento pessoal e a construção da cidadania com base em valores éticos, compromisso com a comunidade e a igualdade de oportunidades e de tratamento, independentemente da etnia, gênero e classe social. A partir desta perspectiva, as ações sugeridas, tais como a criação de um grupo de trabalho, que inclui membros do Movimento Negro e do governo municipal para desenvolver estratégias para a aplicabilidade da portaria, tais como publicar livros e periódicos, organizar conferências e seminários, entre outras ações.

Desde agosto de 2005, a Secretaria Municipal de Educação criou o Aconselhamento Pedagógico Relações Étnicas com a responsabilidade de envolver 100% da Rede Municipal de Educação (RME) na recuperação da diversidade de cada uma das escolas, em conformidade com as disposições da lei. Desde então, tem

desenvolvido projetos e atividades no sentido de construir uma política de Estado em torno do tema Educação Antirracista e de valorização e conhecimento da história e da cultura Africana e Afro-brasileira.

Paulo Freire destacava a importância do diálogo na educação, de o professor ouvir atentamente e desprovido de idéias preconcebidas seus alunos e de então dizer sua palavra de mestre. Mas, na maior parte das vezes somente conseguimos dar atenção aos alunos que dizem o que queremos ouvir. Temos ouvidos bloqueados para as diferenças sociais, étnico/raciais, para as diferenças de experiência de vida de nossos alunos. Tendemos a reconhecer apenas aquelas que coincidem com as dos grupos a que nós próprios pertencemos. E isto, sem dúvida, é antiético e, por isso, antipedagógico.

Jogar capoeira, se fazer ver na companhia de pessoas negras, usar adereços, indumentárias, penteados de inspiração africana, não são indicativos de reconhecimento da história, cultura, dignidade dos negros. Tudo isto é, pois, insuficiente, para cumprir o previsto no Art. 26A da Lei 9394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no ensino básico. Numa sociedade multirracial e multicultural como a brasileira, em que hierarquias discriminatórias e idéias preconcebidas regem relações sociais, relações raciais, os professores têm de saber identificar e controlar os preconceitos e estereótipos que marcam suas concepções, ações, procedimentos pedagógicos.

Educação dos trabalhadores na seleção do lixo

Cidade: Porto Alegre (Brasil), Data de Início: 2001

Resumo da Experiência:

Programa de trabalhadores locais na seleção do lixo, de baixa renda do setor social, onde ainda é insatisfatório o acesso aos direitos básicos. Propomos uma ênfase educacional na educação popular, em geral, são utilizados para a seleção do lixo local próprio para as aulas.

Essas experiências realizadas por algumas secretarias municipais de Porto Alegre, articuladas e acompanhadas por assessores técnicos da SMED/POA, representam um significativo avanço no sentido de romper com um modelo histórico de escola que separa a formação e o trabalho. Aponta caminhos à organização dos trabalhadores-alunos em associações cooperativas que podem significar a sobrevivência e construção de novos personagens sociais, para os quais então a questão da cidadania esteja mais palpável, embora ainda distante, do que antes.

Escola de jardim e Matemática (Horta Escolar e Matemática)

Cidade: Gravataí (Brasil), Data de Início: 2000

Resumo da Experiência:

O nível do ensino da matemática é o tema com as maiores taxas de fracasso. Esta constatação é verificada nos boletins estatísticos, no final de cada ano letivo, nas diversas instituições de ensino públicas e privadas. Este fato leva professores de matemática a refletir sobre sua prática docente. Este conflito é positivo, tal como exigido pelo educador uma posição diferente. O professor sente a necessidade de investir em novas metodologias para conquistar os alunos assustados com a matemática. Tendo em conta os eixos transversais, destaque para o ambiente como um facilitador do tema na contextualização da matemática. A prática da interdisciplinaridade é também evidente durante o desenvolvimento deste projeto.

Esta experiência apresenta um estudo sobre as possibilidades de associar o aprendizado da matemática para a educação ambiental, iniciando um projeto de horta escolar implementado em uma escola pública no município de Gravataí. O projeto promove o desenvolvimento de uma abordagem diferenciada na sala de aula de matemática, oferecendo aos estudantes a possibilidade de contextualização através da experimentação e da investigação. Os impactos ambientais, econômicos e de sustentabilidade são, neste trabalho, o espaço ideal para a avaliação. O exercício da ética

e da cidadania é evidente através da participação dos alunos em todas as fases do projeto, resultando na comunidade envolvida, mudanças comportamentais que promovam atitudes ambientais necessárias para uma melhor qualidade de vida.

Programa Econômico de Solidariedade Municipal

Cidade: Dourados (Brasil), Data de Início: 2002

Resumo da experiência:

O projeto é baseado na necessidade de inserir os trabalhadores desempregados ou subqualificados no mercado de trabalho e gerar renda para eles. Neste contexto, a economia solidária surge para resgatar a luta histórica dos trabalhadores como uma defesa contra a exploração do trabalho, bem como fornecer uma alternativa para os aspectos negativos do sistema capitalista, na sua organização das relações de trabalho.

A Economia Solidária no Programa Municipalidade de Dourados é composta de uma série de projetos, programas e ações que buscam estimular e promover a economia popular solidária na municipalidade de Dourados como estratégia de emancipação social, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local, priorizando as comunidades com um nível local de desenvolvimento social e humano.

Projeto Conselho da Juventude

Cidade: Argentina (Pilar), Data de Início: 2001

Resumo da Experiência:

Este é um projeto educativo e cultural em que os jovens que estão no 1º ano de polimodais pública e privada de ensino diferentes (nível médio ciclo profissional) estão ativamente envolvidos na operação de um dos órgãos do governo municipal (câmara municipal), abordando questões que dão origem às comunicações, resoluções e portarias de caráter municipal. Além de ser formada sobre os direitos e deveres dos cidadãos, aprender sobre a divisão de poder e controle. Também adquirir experiência prática do que

significa a republicana, representativa e federal, transferindo sua experiência com a ordem municipal.

O Conselho da Juventude permite aos alunos uma visão global que os coloca em uma nova perspectiva para a comunidade em que vivem, tendo a oportunidade de exercitar suas habilidades de forma positiva, responsável, criativa e participativa. Os alunos são treinados para falar em público, desenvolvendo habilidades de negociação em um ambiente de tolerância e de resolução pacífica de disputas. A chave para este evento encontra-se na busca de soluções baseadas em consenso para problemas que afetam a comunidade. A melhor maneira de resolver conflitos é através do diálogo e confronto pacífico de ideias.

A presença da comunidade nas experiências educativas – considerações finais

A escola é parte das comunidades, em grande parte o único espaço público de integração, organização e lazer disponível para grande parcela da população. Por isso, deve estar aberta à população e firmar-se como um pólo cultural, aceitando as possibilidades pedagógicas desenvolvidas pelas organizações populares, o que pode não se configurar como uma tarefa simples, mas que é possível de ser realizada através do diálogo e da organização.

A tarefa não é simples porque a burocracia se manifesta pelos canais do Estado, enquanto uma concepção dialética da educação se expressa pelos meios de organização popular comandados pela sociedade civil. Essa situação já era combatida por Marx, o qual pregava que na sociedade socialista o comando da educação pertenceria à sociedade civil.

A educação básica precisa romper os limites tradicionais dos muros das escolas e ir às comunidades, adentrar os espaços culturais das cidades e aceitar que um município possa se declarar e construir um novo papel de Cidade, em que a Educação seja

partilhada com os moradores da urbe, dividindo as responsabilidades sobre uma formação integral dos estudantes, que não pode ser condensada a apenas aquelas horas passadas no educandário.

É necessário um olhar atento e pesquisador sobre a proposta aqui trazida à análise – cidades Educadoras/Aprendentes – pois tratamos de temática nova e em desenvolvimento, ainda carente de maiores pesquisas sobre o tema, mas que demonstra com clareza uma visão ampla de educação, para além dos muros das escolas, envolvendo a cidade representada pelas diferentes entidades que a compõem, exigindo das Administrações Municipais um novo papel, mais integrador e participativo na escuta e no encaminhamento das soluções aos problemas e/ou inovações das comunidades.

Uma Cidade Educadora incentiva a formação para a cooperação, pois é através dela que visualizamos um elemento estratégico que visa à construção de novas relações sociais numa nova cena urbana. Todavia, a cooperação não se ensina de uma hora para outra; é, principalmente, *aprendida* pelo exemplo e pela organização da cidade e suas comunidades, o que leva ao enfrentamento da herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo que, ainda, grande parte de seus habitantes carrega em si.

A educação passa por uma socialização dos saberes e pelo reconhecimento de que todos os indivíduos são potenciais educadores, cada um em seu local, em seu mister, porém é preciso que isso seja apontado e potencializado. Escola Cidadã, Cidade Educadora, Participação Popular são partes inseparáveis de um projeto pedagógico progressista e contemporâneo.

Referências

AZEVEDO, José Clóvis de. *Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS Declaração de Barcelona (1990). Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/cartacidadeseducadoras.pdf>. Acesso em 15 de abr. 2010

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 27 ed. São Paulo: Cortêz/Autores Associados, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 6 ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho*. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação: (diálogos)*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação: (diálogos)*. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GADOTTI, Moacir. *O pensamento educacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ZITKOSKI, Jaime José. *Educação Popular e Pós Modernidade: um olhar em tempos de incerteza*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.